



O CENTRO EM DISPUTA, TRABALHO DE RUA E CIDADE POR MULHERES NEGRAS EM SALVADOR/BA

THE CENTER IN DISPUTE, STREET WORK AND CITY FOR BLACK WOMEN IN SALVADOR/BA

EL CENTRO EN DISPUTA, EL TRABAJO DE CALLE Y LA CIUDAD PARA LAS MUJERES NEGRAS EN SALVADOR/BA

Batistoti, Aleida Fontoura

Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador, Bahia, Brasil.
aleidabatistoti@gmail.com
ORCID: 0000-0002-5952-8438

Recebido em 21/03/2022 Aceito em 29/08/2022



Resumo

O presente artigo visa evidenciar algumas das disputas travadas entre as trabalhadoras de rua, em sua maioria mulheres negras, e o poder público – municipal – no cotidiano do centro de Salvador, a partir das práticas desses diferentes agentes. Esta discussão ancora-se na pesquisa desenvolvida no mestrado, articulando teoria e empiria, por meio de experimentações metodológicas. A ocupação das ruas e demais espaços públicos, bem como a permanência das trabalhadoras de rua nesses espaços, é uma das razões para ação da prefeitura, que age, em muitos casos, com tratamentos violentos, por parte do “rapa”, a partir de fiscalizações e apreensões de produtos. Somam-se a isto as intervenções e projetos urbanísticos, reforça as disputas entre esses agentes, sendo que, para as trabalhadoras, promove-se o sentimento de ameaça, medo da perda do ponto de trabalho e/ou da permanência nas ruas do centro. Por fim, entende-se que as ações praticadas pela prefeitura, seja através da fiscalização e/ou da intervenção, carregam consigo interesses econômicos, envolvendo acordos com a iniciativa privada, agindo por meio de uma política “anti-negritude” e “despossessoria”, e, com o discurso de ordenamento, remove e realoca as trabalhadoras de seus territórios, evidenciando, assim, um centro em disputa.

Palavras-Chave: projetos urbanísticos, fazer-cidade, prefeitura de Salvador, mulheres negras

Abstract

This article aims to highlight some of the disputes between women street workers, mostly black women, and the public - municipal - power in the daily life of the city of Salvador, from the practices of these different agents. This discussion is anchored in the research developed in the master's dissertation, articulating theory and empirical, through field research carried out in the downtown area of Salvador. The occupation of the streets and other public spaces, as well as the permanence of women street workers in these spaces, is one of the reasons for the action of the city hall, which acts, in many cases, with violent treatments, coming from the "rapa", from inspections and product seizures. Added to this, the interventions and urban projects, reinforcing the disputes between these agents, and, for the workers, it promotes a feeling of threat, fear of losing the point of work, and/or permanence in the downtown streets. Finally, it is understood that the actions carried out by the city hall, whether through inspection and/or intervention, carries with it economic interest, involving agreements with the private sector, acting through an “anti-blackness” and “dispossession” policy, and, with the discourse of ordination, it removes and relocates women workers from their territories, evidencing a disputed center.

Key-Words: urban projects, making-city, city hall of Salvador, black women

Resumen

Este artículo tiene como objetivo resaltar algunas de las disputas entre trabajadoras de la calle, en su mayoría mujeres negras, y el poder público - municipal - en la vida cotidiana de la ciudad de Salvador, a partir de las prácticas de estos diferentes agentes. Esta discusión está anclada en la investigación desarrollada en la disertación de maestría, articulando teórico y empírico, a través de una investigación de campo realizada en la zona centro de Salvador. La ocupación de las calles y otros espacios públicos, así como la permanencia de los trabajadores de la calle en estos espacios, es una de las razones de la actuación del ayuntamiento, que en muchos casos actúa con un trato violento, procedente de la "rapa", de inspecciones y aprehensiones de productos. Sumado a esto, las intervenciones y proyectos urbanísticos, reforzando las disputas entre estos agentes, y, para los trabajadores, es motivo de amenaza, miedo a perder el punto de trabajo, y permanencia en las calles del centro. Finalmente, se entiende que las acciones realizadas por la ciudad, ya sea mediante inspección y/o intervención, conllevan intereses económicos, involucrando acuerdos con el sector privado, actuando a través de una política de “antinegitud” y “despojo”, y, con el discurso de ordenar, saca y reubica a los trabajadores de sus territorios, evidenciando un centro en disputa.

Palabras clave: proyectos urbanos, hacer-ciudad, alcaldía de Salvador, mujeres negras



1. Introdução

O presente artigo é resultado da pesquisa e dissertação de mestrado intitulada “*A guia¹ como modo de vida: trabalho de rua e cidade por mulheres negras no centro de Salvador*”, realizado no programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Para as discussões aqui apresentadas, trago apenas um recorte da pesquisa - sobretudo o capítulo “Ocupação e Disputa” - tendo como objetivo discutir os processos de disputa, tensão e conflitos ocorridos entre as trabalhadoras de rua e o poder público municipal, no que diz respeito ao uso e ocupação do espaço no centro de Salvador.

A pesquisa teve como território de estudo o “centro ampliado”, que compreende o Centro Antigo e o Centro Histórico de Salvador (CHS). Por meio de experimentações metodológicas, a mesma se propôs a articular teoria e empiria por meio da pesquisa de campo de caráter etnográfico (MAGNANI, 2009; URPI, 2013), produção de conhecimento em conjunto (ALVES-CORDEIRO, et al, 2021), acionando, também, as trajetórias urbanas (TELLES, CABANES, 2006) e as narrativas das mulheres negras trabalhadoras de rua, como forma de apreender a cidade vivida e produzida por elas, suas práticas de trabalho e cotidiano. Através de uma perspectiva ética, política e implicada (MACEDO, MACEDO DE SÁ, 2018) com as vidas e histórias destas trabalhadoras. Três interlocutoras fixas ajudaram a compreender “de perto e de dentro” a relação entre trabalho de rua e cidade, porém, para este artigo, mobilizei a trajetória de apenas uma das interlocutoras – Cida² – entretanto, é importante ressaltar que as reflexões e discussões aqui apresentadas estão ancoradas nessa discussão mais ampliada da pesquisa de mestrado.

Desta forma, este artigo tem como proposta apresentar e discutir as disputas existentes no centro de Salvador relativas ao trabalho de rua. O mesmo está dividido em 4 seções, sendo que a primeira é a introdução; a segunda evidencia os processos de ocupação e disputa vivenciados pelas trabalhadoras de rua, discorrendo sobre a relação existente entre o trabalho de rua e a cidade, e a gestão dos ilegalismos³ (FOUCAULT, 1997), praticada pela prefeitura, por meio da figura do “rapa”⁴, que exprime ameaça e medo para quem vive do trabalho de rua. Na terceira seção são apresentadas algumas das disputas existentes, sobretudo decorrentes dos projetos e intervenções urbanísticas. Trago como caso de estudo o projeto da Barroquinha e a retirada da Feira do Couro, local onde Cida trabalhava, ação que, até hoje, faz com que ela sofra com as consequências da perda do seu local de trabalho. Por fim, a quarta seção caminha para as conclusões do texto, propondo pensar o centro de Salvador como um território em disputa.

¹ O conjunto de mercadorias e instrumentos de trabalho é chamado de “guia”, mas pode ser nomeado de banca, barraca, box ou mesmo loja. Na pesquisa de mestrado evidenciou-se que a “guia” não se resume apenas a isso, ela é o modo de vida das trabalhadoras de rua.

² Cida, mulher negra, trabalhadora de rua e mãe de santo pelo candomblé, tem 73 anos, há mais de 40 anos está nas ruas do centro trabalhando. Atualmente trabalha com uma guia de folha e ervas, mas já trabalhou com outras miudezas. Nesse artigo mobilizo, em particular, sua trajetória e narrativa – que aparecem entre aspas e em itálico – para auxiliar no pensamento sobre o centro de Salvador como território em disputa. Utilizo de nome fictício, de modo a preservar sua identidade. (FONSECA, 2005)

³ A gestão dos ilegalismos se configura como sistemas de operação acionando dispositivos de poder diferenciados. O autor problematiza que nem toda prática ilegal deve ser punida, assim como nem toda lei deve ser respeitada, então, ele coloca no centro da investigação os modos como as leis operam, não para coibir ou suprimir os ilegalismos, mas para diferenciá-los internamente, nas maneiras de contornar a própria lei.

⁴ O “rapa” é o “carro da Prefeitura Municipal que conduz fiscais e policiais pelas vias públicas para apreender mercadorias de vendedores ambulantes não licenciados. Em Salvador, as fiscalizações não se restringem apenas aos não licenciados. Há situações em que fiscalizam os licenciados para ver se estão cumprindo as normas, estando sujeitas às apreensões de mercadorias e pagamento de taxa para liberação.



2. Ocupar e disputar: as tramas do trabalho de rua e cidade

Cida acorda cedo para trabalhar, sai ainda de madrugada – céu escuro – pega o primeiro ônibus e segue para a feira de São Joaquim⁵. Sua movimentação por lá é rápida: compra suas mercadorias – folhas e ervas – e logo volta para o ponto, onde consegue pegar o mesmo ônibus que foi: é só o tempo de ele dar a volta. Da feira vai direto trabalhar, ela tem dois pontos de trabalho: segunda e terça na Barroquinha⁶, no centro; e quarta, quinta e sexta no Vale das Pedrinhas, bairro onde mora. Ainda é cedo quando chega no “ponto” para montar sua “guia”, o movimento nas ruas é de grande fluxo, e a dinâmica do dia está apenas começando. Junto com as trabalhadoras de rua, o comércio está a abrir. Cida, então, pega suas folhas da sacola, e começa a montar a “guia”, põe cada coisa no seu lugar, aproveitando para molhar seus produtos para refrescar e garantir que durem mais tempo. Este é o cotidiano de Cida, que sai todos os dias para trabalhar na rua. Não começou como ambulante, já trabalhou “de carteira assinada”, mas a necessidade de criar a filha e de levar dinheiro para casa é que marcaram a sua chegada ao trabalho na rua, inicialmente como um complemento de renda, tornando-se depois sua atividade principal. Mas, para estar e ficar na rua, vários são os empreendimentos feitos, pois vivenciam a precarização do trabalho, a humilhação e o sofrimento: exposta ao sol, à chuva, longas jornadas de trabalho, estigmatização e humilhações, constantes violências e perseguições do “rapa”... Mas ela não deixa de jogar com o terreno que tem, em constante disputa, utiliza de táticas, artimanhas e negociações para tornar possível sua permanência na rua. As disputas não se encerram no âmbito da convivência territorial direta, pois, a todo tempo, é atravessada por projetos urbanísticos, tentativas de ordenamento, que, em muitos casos, visam retirar essas trabalhadoras das ruas, e/ou concentrá-las em pontos específicos. Cida resiste e disputa por sua permanência na rua, e no centro. Evidenciando, assim, o centro de Salvador, como um território em disputa.

Este breve texto chama atenção para a trajetória de Cida, que, no movimento de ir para as ruas trabalhar, evidencia diferentes imbricamentos, sobretudo referentes à ocupação e disputa do espaço, discussão que irei construir neste artigo. A cidade em disputa que aqui mobilizo pensar é aquela praticada pelas trabalhadoras ambulantes, que na ocupação de ruas e espaços da cidade, disputam com diferentes agentes, e em diferentes escalas, visando a permanência na cidade e, mais propriamente, na rua, a fim de garantir seu trabalho⁷. Dentre essas disputas, gostaria de dar uma maior atenção para a relação entre estas trabalhadoras e o poder público municipal, uma vez que são embates e tensões diante das formas de tratamento, das intervenções e projetos urbanísticos vividos por essas mulheres no seu cotidiano de trabalho.

Os motivos que levam as mulheres, sobretudo negras, a ocuparem as ruas da cidade para trabalhar são dos mais diversos (BATISTOTI, 2022; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2019), mas os mesmos reafirmam o lugar do não acesso e da escassez de oportunidades de trabalho para mulheres, principalmente, as negras (GONZALEZ, 1979). Na rua não estão isentas dessas dimensões, em grande parte, são até agravadas; se deparam no cotidiano com constantes obstáculos e dificuldades para ali permanecerem, mas junto e apesar disso, elas também viram a possibilidade de “fazer a vida” a partir das ruas, proporcionando a manutenção das casas e a criação dos filhos.

Visando a permanência na rua, e sobretudo do trabalho, as trabalhadoras de rua chamam atenção para dois movimentos importantes praticados por elas: ocupar e disputar. Ocupar é se apropriar de algo, é tomar “posse”, fazer uso, mesmo que temporário, de algo ou alguma coisa. Proponho pensar, com Birman (2015, p. 165), “O ato de ocupar como forma de dar visibilidade aos que não contam para a distribuição de direitos”. Ocupar é o movimento que as trabalhadoras do centro de Salvador fazem todos os dias pela manhã com suas “guias”: ocupam “seus pontos” de trabalho. O ato de ocupar como reivindicação de um espaço que não se tem, ou o qual se busca ter. A ocupação urbana tem

⁵ A feira de São Joaquim é uma antiga e tradicional feira de Salvador, localizada na cidade baixa, em Águas de Meninos, é importante para o abastecimento da cidade, sobretudo para as trabalhadoras de rua que comercializam alimentos.

⁶ Barroquinha é um bairro do Centro Histórico de Salvador (CHS), constituído junto com a formação da cidade.

⁷ Vale pontuar que não apenas em Salvador, mas em diversas cidades brasileiras, ocorrem enfrentamentos para que permaneçam no centro trabalhando. Para citar alguns: Itikawa (2004), Hirata (2015).



como reivindicação o “direito a estar ali”, sobretudo para os mais pobres, como aponta Agier (2015, p. 492): é um “agir político cujo objeto é um direito humano e, ao mesmo tempo, um direito à cidade”. Esse movimento de ocupar as ruas pode ser pensado também como a busca pelo direito ao trabalho (CUNHA, 2009). O ato de ocupar as ruas e os espaços públicos da cidade possibilita às trabalhadoras de rua a manifestação de uma prática – e também de um saber –, ao mesmo tempo que um horizonte de vida, carregado de sonhos, desejos e esperança, de possibilidade de imaginar outros futuros.

Contudo, a ocupação do espaço público é vista e tratada – pelo poder público, por moradores da cidade, por comerciantes locais – como uma “invasão”, como se estivessem tomando posse de algo que não lhes pertence, dos quais não tem permissão para (ou direito de) estarem ali, sobretudo se considerarmos os corpos que ocupam esses espaços: pretos e periféricos. Essa afirmativa é evidenciada no tratamento dado pela Prefeitura Municipal de Salvador para com as trabalhadoras de rua: insultos, violências e apreensões. Mas, a partir de uma relação ambígua e conflituosa, é de interesse da Prefeitura que estas trabalhadoras estejam ali: elas atraem fluxos de pessoas, há circulação de dinheiro, fornecem produtos e serviços para determinados públicos, enfim, é a partir dessa relação tortuosa que a Prefeitura cria mecanismos a fim de controlar e/ou disciplinar a ocupação: cobra alvará para ocupar as ruas, cria legislações e normas, tem o “rapa” para fiscalizar e controlar. Mas a gestão, os critérios e as normas são nebulosos, escancarando a gestão dos ilegalismos existentes.

Entendendo a disputa como defesa, nas ruas ela vai alterando suas escalas no tempo e no espaço. No cotidiano, se faz presente a micro-escala, por meio da ocupação do espaço, pela atração da freguesia, na concorrência entre ambulantes e também entre lojistas, nos conflitos entre os cadastrados e não cadastrados, entre trabalhadoras de rua e moradores, e, sobretudo, com o “rapa”. Na escala mais macro há disputas entre estas trabalhadoras e o poder público, principalmente relativas a projetos e intervenções urbanísticas que visam remoções-retiradas-realoções.

Das dificuldades e disputas travadas no cotidiano, a que mais se evidencia é a existente entre as trabalhadoras de rua e o “rapa”. Pode-se dizer que onde elas estão, o “rapa” também se faz presente. No cotidiano da rua, os fiscais são sinônimo de terror para quem nela trabalha, sendo considerados como uma das maiores dificuldades desse trabalho (CUNHA, 2009; BOUÇAS, 2015; LIMA, 2020), uma vez que sua presença representa ameaça e medo, o risco de perderem a “guia”, de terem prejuízos ou sofrerem alguma violência física.

Se o controle, perseguição e violência por parte do “rapa” ainda se fazem presentes nos dias de hoje, no passado essas relações já foram bem mais conflituosas. Atualmente, há uma flexibilização quanto às abordagens, negociações e diálogo, são relações mais tênues, que variam no tempo e no espaço, podendo ser lidas também na chave da gestão dos ilegalismos, em que há norma e regra, mas também flexibilização e exceção. Em Salvador, a Prefeitura Municipal, através dos fiscais, cria novas regras, acordos “informais” e negociações, com cada território e sujeito, variando conforme as gestões políticas e a dinâmica da cidade, com momentos de intensa fiscalização, apreensão e uso da violência, e outros momentos de maior diálogo, negociação e flexibilização quanto à fiscalização.

O “rapa” age historicamente nas cidades brasileiras (FRÚGOLI, 1995; HIRATA, 2015; LIMA, 2020) com tratamentos de controle para com as manifestações populares nas cidades, sobretudo nas áreas centrais. Não reduzindo-se apenas à figura de fiscal e apreensor de mercadoria, a ação do “rapa” conecta-se a uma política de ordem e controle das cidades, que têm interesses de transformação dessas áreas centrais através de processos de modernização, embelezamento e elitização, “varrendo” grupos populares que ali vivem e/ou fazem seus territórios de trabalho, como: comércio ambulante, pontos de prostituição, moradores de rua.

Como afirmam as autoras Moura e Scocuglia (2016, p. 311), a partir da realidade de João Pessoa, a visão dominante que se tem é de que o trabalho de rua⁸ é um problema a ser eliminado e/ou solucionado:

O comércio informal tende a ser encarado como um problema a ser “eliminado”, “controlado” e/ou “encoberto”, conclusão fundada na justificativa de que eles comercializam produtos ilegais e atrapalham a circulação nas ruas (causam desordem). Enquanto a primeira opção remete, geralmente, à tentativa de expulsar ambulantes e camelôs das ruas, as outras comumente reportam à necessidade de inseri-los em lugares fechados e planejados. Sem dúvida, todas essas opções envolvem conflitos entre o poder público e os camelôs/ambulantes. (ibid, p.310)

Essas perspectivas, bem como as ações praticadas pelo poder público, desconsideram a importância dos territórios, particularmente do centro, para essas práticas de trabalho. O acesso às ruas e à centralidade (FRÚGOLI, 2000) possibilita que as mulheres e outros grupos populares se apropriem das espacialidades e infraestruturas, sobretudo, no caso das ambulantes, das riquezas que circulam e são produzidas, pelo grande fluxo de serviços e pessoas, e como forma de experimentação, em alguma medida, de um direito à cidade.

Figura 1: Trabalhar na rua é conviver e disputar dia-a-dia com as violências do “rapa”



Fonte: Elaboração da autora (2021)

Essas diferentes atuações por parte da Prefeitura Municipal são reiteradas também na entrevista realizada por Alcântara (*et al*, 2013, p. 35) com Francisco, ambulante em São Paulo:

Mas já tivemos tempos difíceis, tempo de crise na gestão do José Serra e Kassab, que colocou a PM [Polícia Militar] e os fiscais da Prefeitura pra correr atrás de trabalhador e, quando não alcançavam a gente, jogavam aqueles cassetetes em nossas pernas. Caíamos, perdíamos as mercadorias, uma gritaria... “Perdeu, perdeu!!!” Davam tiro pra cima, escapava da Prefeitura, caía na PM, escapava da PM, caía na Prefeitura, então foi um sacrifício pra nós essa

⁸ Não apenas ao trabalho de rua, mas também a grupos subalternos, como a criminalização da pobreza e das “margens” (ROSA, 2014; 2018), e, sobretudo, a marginalização histórica da população negra. (NOVAES, 2017).



perseguição. O Haddad não está sendo bom como ele prometeu, mas 50% melhorou já pra gente, porque a gente tá trabalhando, a PM chega e pelo menos fala: “Tiozinho, sai fora, não pode ficar aí”. Agora, com Kassab e Serra, nós comemos o pão que o diabo amassou! Tinha vez que eu perdia mercadoria três vezes no dia, pegava dinheiro emprestado pra comprar mais mercadoria, e aí tomavam tudo. E se você resistisse e não deixasse levar as mercadorias, eles arriavam o pau, usavam spray, gás na cara da gente.

Como nas palavras de Francisco, é comumente enfatizado pelas trabalhadoras de rua de Salvador que essas perseguições e controle as enquadram como se fossem “bandidas”, “criminosas”, como se estivessem cometendo uma violação ou algo extremamente errado, mas salientam que estão apenas trabalhando. Esse tratamento para com as trabalhadoras de rua, vale ressaltar, se faz por trás da figura do “rapa”, mas é ação da própria municipalidade, que dá ordens e pratica essas violências.

Os tratamentos e ações por parte da Prefeitura/Estado acabam por contribuir, reforçar, ou mesmo produzir a “informalidade” e a “ilegalidade”, como se evidencia em alguns estudos (ITIKAWA, 2004; PINHEIRO-MACHADO, 2008; FRÚGOLI, 2009; ALCÂNTRA et al, 2013; OBSERVATÓRIO, 2019). Nesse contexto de gestão dos ilegalismos, ocorre, por parte dos fiscais, cobrança de propina e subornos, propiciando que outras pessoas ocupem esse lugar do “controle”, como traficantes, milicianos e administradores informais, que se apropriam de espaços e criam regras para futuras ocupações.

Estas trabalhadoras, ao viverem essas condições de trabalho, não esperam que as mudanças venham “de cima para baixo”, utilizam de táticas, expertises e outros movimentos, buscam nos interstícios e nas brechas – criadas no cotidiano –, formas para deixar esse trabalho menos difícil, e que possam permanecer no centro trabalhando. Criam as redes de trabalho e de relações, os vínculos com clientes, trabalhadoras e demais agentes que ocupam e compartilham do mesmo território que elas, que não necessariamente eliminam as dificuldades e condições adversas de trabalho, mas dão outros sentidos à vida e à presença naquele território.

A partir das disputas, evidencia-se que as mesmas não se restringem exclusivamente ao trabalho de rua, há a busca em permanecer nos territórios de trabalho, com as relações construídas, com a dinâmica de vida ali existente, o desejo de estar e permanecer no centro. Tudo isso envolve toda uma trama social de vida, relações, pertencimentos, raízes e subjetividades, trazem dimensões variadas da existência articuladas a esses espaços da cidade.

Elas têm no horizonte a busca pelo direito à cidade, e conseqüentemente pelo direito ao trabalho – direito ao seu modo de vida. Para tanto, há muita luta, sofrimento, resistência e articulação para fazer da rua um espaço de trabalho, e, no caso dessa pesquisa, para fazer do centro de Salvador um território do trabalho de rua.

Figura 2: ocupar as ruas, fazer-cidade, urbanidades



Fonte: Elaboração da autora (2021)

3. Disputas cotidianas: assegurar seus territórios e permanência na rua e no centro de Salvador

Das disputas cotidianas observadas nas ruas do centro de Salvador, a que mais se evidencia, por parte das trabalhadoras, é aquela pela permanência no território e nas ruas do centro, sendo que, as de maior ordem, são as disputas com o poder público frente às intervenções e projetos urbanísticos. Nas regiões centrais essas disputas se intensificam⁹, tanto pelos grupos sociais que ocupam, quanto pelos projetos e interesses políticos e econômicos ali existentes, sendo recorrente propostas de requalificação:

A requalificação em áreas centrais tem sido caracterizada por processos de gentrificação, marcados pela atração de novos tipos de atividades e de novos moradores, reinvestimento econômico, mudança de significado e imagem, melhoria ambiental e “limpeza social”, ou seja, a expulsão dos moradores pobres das áreas de intervenção. (MOURAD, FIGUEIREDO, BALTRUSIS, p. 439, 2016)

Nesse sentido, são transformações urbanas que atingem diretamente quem vive da dinâmica dos centros urbanos, como é o caso das trabalhadoras de rua, pois, viabiliza-se a especulação imobiliária através de instrumentos urbanísticos, por meio da privatização do espaço para grandes empresas (MOURAD, FIGUEIREDO, BALTRUSIS, 2014). Situações que acabam por resultar em remoções, conflitos e interdições dos modos de vida negros, sobretudo na área do centro de Salvador, que, historicamente, é palco de conflitos desta natureza. São propostas e projetos que visam, na verdade, a modernização de espaços e da cidade, trazendo o “novo”, com características de “embelezamento”, a imagem de uma cidade “limpa” e disciplinada, prevalecendo o controle de corpos, práticas e do espaço.

⁹ Para citar alguns: Brandão (2008); Moura (2014); Bouças (2015); Freitas (2019).

Em Salvador, o discurso da Prefeitura municipal nos projetos que tratam do trabalho de rua é colocado nessa lente da “modernidade e desenvolvimento”, que deveriam acompanhar as mudanças na cidade. Mesmo com diferentes atuações, os projetos tinham como direcionamento o ordenamento do trabalho de rua no espaço urbano (BOUÇAS, 2015), com propostas de realocação, disciplinamento, padronização e concentração, como é visto no projeto de 1994: “A filosofia do projeto prevê a mobilidade e padronização dos equipamentos, facilitando a fiscalização e contribuindo para a imagem da cidade. Prevê ainda a liberação das praças, canteiros e calçadas, devolvendo para o cidadão o seu uso original” (SALVADOR, 1994a, p. 14)

Algo comum que ocorre com frequência nas intervenções urbanas realizadas pela Prefeitura Municipal em Salvador são “realocações temporárias”, nas quais a Prefeitura faz promessas de retorno ao local de trabalho após o término da obra, porém são situações que não garantem, necessariamente, o retorno efetivo dessas trabalhadoras, uma vez que são promessas que podem não ser cumpridas. Itikawa (2016) afirma que os projetos, remoções forçadas, retiradas ou expulsões dos seus territórios de trabalho contribuem para que as trabalhadoras percam conexões, as suas redes, que envolvem relações com clientes, fornecedores, auxiliares, intermediários, assim como várias outras articulações que compreendem trabalho e moradia, trabalho e família, e trabalho e redes de sociabilidade.

Figura 3: A “nova” cidade a cada novo projeto



Fonte: Elaboração da autora (2021)



A partir dessas discussões, trago o caso do projeto da Barroquinha, vivido pela interlocutora Cida, como forma de visibilizar esse processo, bem como costurar com as discussões apresentadas acima, reafirmando este centro em disputa. O projeto da Barroquinha é um dos casos mais emblemáticos das ações da Prefeitura Municipal para com as trabalhadoras e as práticas do trabalho de rua no centro de Salvador. O projeto¹⁰ trata de uma intervenção urbanística na praça do Cinema Glauber Rocha e da Ladeira da Barroquinha, de autoria da Metro Arquitetura (escritório paulistano), realizado na gestão do prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto (ACM Neto), em 2013; foi resultado de uma parceria público-privada (PPP) da Prefeitura de Salvador com o banco Itaú. Dentre as intervenções propostas, estavam: troca de pavimentação, instalações elétricas e hidráulicas, reordenamento do comércio “informal” e padronização das barracas, e reforma da escadaria que dá acesso à ladeira da Barroquinha.

Para a realização do projeto, a prefeitura fez a realocação da antiga e tradicional Feira do Couro, existente desde a década de 70. Na feira se comercializava, essencialmente, produtos em couro, como sandálias, cintos, carteiras, botas, chapéus, mas havia também barracas de folhas, ervas e roupas. Cida relata a importância da feira para as trabalhadoras e região do centro: “havia uma feira de couro ali na escada, eram muitas barracas, dos dois lados, tinha barraca até o fim da rua. Eu trabalhava ali. Antes era muita gente, era gringo, os navios, as pessoas da Nigéria vinham, era uma Feira muito conhecida e falada”. Composto a Feira, no período do projeto, havia entre 20 a 30 barracas¹¹, contando com trabalhadoras que atuavam lá há mais de 50 anos.

Durante a obra, as pessoas da Feira deixaram seus pontos de trabalho com a promessa de que retornariam, já que a Prefeitura¹² garantiu que: “os 20 ambulantes da feira serão realocados provisoriamente para a Praça Castro Alves”¹³. O projeto inicialmente previa a continuidade dos barraqueiros na ladeira (VALLADÃO, 2017; MENEZES, 2018; SANTOS, 2016), com a padronização de barracas desmontáveis, ocupando o centro da ladeira e conciliando com o patrimônio histórico e os diversos usos ali existentes, levando em conta os dois principais fluxos: o de passagem, por aqueles que usam da ladeira para acessar demais áreas da cidade, com um tempo mais rápido e passageiro; e o do fluxo de clientes da feira, com uma temporalidade mais lenta, da observação, da conversa.

Contudo, mesmo a prefeitura tendo assegurado que haveria o retorno das barracas, a mesma agiu com desprezo desde o início do projeto. De acordo com Cida, no dia da retirada das trabalhadoras e da feira, a abordagem da Prefeitura e da SEMOP se deu com bastante violência e desrespeito: 18 agentes da Prefeitura e uma máquina escavadeira, demoliram e retiraram toda a estrutura ali existente. “Esse pessoal quando chega assim, trouxe polícia, trouxe guardinha, trouxe o ‘carai’ todo que eles queriam, parecia que a gente era ladrão. Meteu foi a máquina aí, pisou no caralho aí, que nada...”. “As mulheres tudo chorando aí. Chorando quando viu o trator meter a p***, o trator meteu assim, já veio arrancando tudo, mercadoria e tudo. Tirou a metade, mas teve mercadoria também que ficou debaixo da... das barracas” (MENEZES, 2018). A revolta de Cida é decorrente também do tratamento imposto a elas, pois, mesmo estando licenciadas e pagando para poderem trabalhar na Barroquinha, foram tratadas como se estivessem na “ilegalidade”.

¹⁰ Uma das alegações do projeto, e consequente retirada da feira, se deu devido à obstrução visual do muro de arrimo em pedra, considerado patrimônio histórico, em que a Prefeitura considerava que a feira interferia. Consultar: www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/15.178/5752

<https://www.archdaily.com.br/br/781582/ladeira-da-barroquinha-metro-arquitetos-associados>

¹¹ Esse número é bem reduzido com relação ao que a feira do couro já foi um dia. Em 1997, haviam 134 barracas conforme apresentam projetos da Prefeitura (SALVADOR, 1991;1997), com sucessivos ordenamentos e intervenções urbanas, foram, ao longo do tempo, removendo, concentrando e realocando as trabalhadoras da Barroquinha e Baixa do Sapateiro. O camelódromo da baixa do sapateiro é resultado dessas intervenções.

¹² www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44347%3Afeira-do-couro

¹³ Segundo jornais locais e comunicação da prefeitura, houve essa realocação temporária para a praça Castro Alves, contudo, as condições de trabalho não permitiram esta permanência. O espaço era pequeno, não comportando todas as mercadorias, deixando-as expostas ao sol; a não fixação causou um custo de 250 reais com depósitos, e 50 reais com ajudante para transportar.



Após a finalização da obra, a Prefeitura não deu prosseguimento com o retorno das trabalhadoras, assim como não permitiu que retornassem para seus antigos pontos de trabalho, propondo assim a realocação para outras localidades do centro. A Prefeitura havia anunciado durante o projeto em andamento que:

Quando retornarem à ladeira, após a reforma, eles contarão com tendas desmontáveis de comercialização que receberão gratuitamente e trabalharão dentro do modelo de ordenamento da cidade, das 7h às 18h. Hoje, os ambulantes atuam com bancas fixas, o que é vetado pela legislação do município que regulamenta a atividade informal no espaço público. Nosso trabalho foi mobilizá-los e sensibilizá-los sobre essas mudanças. Posso dizer que eles se mostraram muito receptivos à ideia, pois toda a área ganhará uma melhor infraestrutura¹⁴.

Segundo Cida, algumas trabalhadoras mudaram para onde foi possível dar continuidade ao seu trabalho, permaneceram na região do centro, próximo à Estação da Lapa e no Largo Dois de Julho. Algumas permaneceram com barracas provisórias no Terminal da Barroquinha (VALLADÃO, 2017), quem dispunha de melhores condições na época alugou/abriu lojas nos imóveis existentes na ladeira, na Carlos Gomes e na Av. Sete de Setembro. Entretanto, houve casos de trabalhadoras que desistiram de permanecer na rua após os projetos, e algumas mulheres ficaram doentes após todo o ocorrido. Para além da perda do ponto de trabalho, a eliminação da feira representa para algumas mulheres a perda do investimento de uma vida inteira, pois trata-se de pessoas há 40, 50 anos trabalhando no local. Muitas se viram sem perspectiva e sem esperança, angustiadas por terem que começar do zero.

Hoje, ao recordar do projeto, a narrativa de Cida é carregada de tristeza e revolta, da forma como foi feito e como tudo acabou: “Se eles botassem a gente lá e voltasse como era, aí é outra coisa, mas assim, acabou a Barroquinha. Aí é só prejuízo, mama, só prejuízo... Eu que não vou mais ficar esquentando a cabeça com porra de nada. Já foi, já foi, uma coisa que não vem mais”.

Cida disputa no cotidiano a sua permanência em seu território e ponto de trabalho, pois, mudar de lugar seria começar do zero: estabelecer uma rede de clientes, encontrar um novo lugar para guardar a “guia”, em um território que não conhece ninguém. Atualmente, não existe mais nenhuma barraca na ladeira da Barroquinha, Cida é a única que permaneceu trabalhando, mas, ainda assim, não pode montar sua barraca. Dessa forma, ela improvisa a montagem da “guia” no gradil de lojas fechadas, no muro, em expositores, “do jeito que dá”. Essa falta de lugar e improvisado, que resulta em uma precarização de trabalho, é expressa na “dança das cadeiras” que Cida faz ao longo do dia, em que vai mudando de lugar por conta do sol em busca de maior proteção, quando não acaba por ficar exposta ao sol. Para ela, desde que o projeto foi implantado, o movimento e o fluxo de pessoas e clientes nunca mais foram os mesmos, o que foi agravado com a pandemia, fazendo com que a cada dia ela reinvente suas táticas e práticas de trabalho.

Assim como o projeto da Barroquinha, Salvador apresenta outros casos emblemáticos de projetos idealizados pela Prefeitura/Estado¹⁵ – com crescentes parcerias público-privado – são financeirizações econômicas, que projetam no espaço intervenções urbanas e projetos infra estruturais, que visam e pregam o “desenvolvimento” e a “modernização” da cidade, mas que, no fundo, promove cerceamentos urbanos, exclusão, seguindo a lógica da financeirização, e servindo aos interesses do capital. Causam profundas transformações urbanas, afetando diretamente os territórios negros e populares, as práticas de trabalho e modos de vida. Essas intervenções urbanas, no caso de

14

http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44347%3Afeira-do-couro-e-transferrida-para-reforma-da-ladeira-da-barroquinha&Itemid=178

15 Para citar alguns desses projetos, há o conhecido programa de recuperação do CHS (SANT’ANNA, 2017; FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, 2020) que removeu muitas moradoras negras para transformar esta área em um “shopping center a céu aberto”, visando o turismo especulativo. Recentemente, houve a desativação e substituição do trem do subúrbio para a implantação do monotrilho, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, que trará remoções, imobilidade, inviabilização de práticas e modos de vida, além de grande transformação na paisagem (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, ROSA, 2020). Por fim, a remoção da comunidade do Tororó, que está acontecendo nesse momento, para a construção do estacionamento de um novo Shopping no local (<https://www.pipocoufba.com/>).



Salvador, e sobretudo na região do centro, fazem parte de uma “política racializada de despossessão e cercamentos urbanos” (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, 2020, p. 192) realizada por projetos de “recuperação, requalificação, revitalização” ao longo do tempo.

4. **Algumas notas conclusivas: Pensar o centro de Salvador como um território em disputa**

A proposta de pensar o centro como um território em disputa decorre da observação e análise das relações estabelecidas no cotidiano entre as trabalhadoras de rua e a prefeitura, como foi apresentado neste artigo, trazendo, em específico, a presença do “rapa” e as intervenções e projetos urbanísticos. Nesta seção, busco costurar algumas questões importantes discutidas ao longo do texto, partindo da relação entre trabalho de rua e cidade, a partir da perspectiva do trabalho de rua praticado por mulheres negras.

No geral, podemos pensar que os centros tradicionais das cidades brasileiras estão em constantes movimentos de disputas entre os grupos que os ocupam e os mantêm vivos no cotidiano, e entre os projetos e intervenções feitos pelo poder público, que visam aspectos políticos e econômicos. No caso de Salvador, as trabalhadoras vêm por muito tempo disputando a presença e a existência nas ruas do centro. Até o presente momento elas resistiram, mas as consequências também são inúmeras: instabilidades, medos, violências, diminuição no rendimento financeiro, precarizações.

Como pôde ser visto na trajetória de Cida, as dificuldades de ocupar e/ou permanecer nas ruas tornam-se cada vez mais difíceis, sendo afetadas por diferentes situações cotidianas. Além da frequente perseguição do “rapa”, as trabalhadoras não conseguem facilmente a liberação de alvarás – documento que proporciona um mínimo de garantia e respaldo para permanência nos pontos de trabalho – pela prefeitura. Reflexo da concentração de trabalhadoras na área do centro, bem como dos interesses sociais e econômicos para a região, situações que aumentam a incidência de conflitos e disputas, tanto entre as trabalhadoras, quanto entre trabalhadoras e prefeitura. Há casos em que o poder público oferta outro local próximo ao escolhido pelas trabalhadoras, mas sem a mesma centralidade e/ou fluxo¹⁶ de pessoas, ou pior, suspende as licenças já ativas, alegando reformas, intervenções e impossibilidades de continuarem trabalhando em determinados territórios, como vimos com a trajetória de Cida.

Os projetos e intervenções que tratam do trabalho de rua no centro de Salvador vem sofrendo alterações com o passar do tempo. Nas décadas passadas eles tinham como foco central o trabalho de rua, com projetos de ordenamento, realocação e concentração, como investigou Bouças (2015); atualmente, eles estão mais direcionados a espaços e infraestrutura, como requalificação de praças, de estações de ônibus, e acabam por atingir e atravessar o trabalho de rua e as trabalhadoras, por serem estes seus locais de trabalho. Nesse sentido, a produção de infraestrutura em Salvador vem sendo pautada a partir de um caráter “antinegitude”, como afirmam Figueiredo, Estévez e Rosa (2020), desconsiderando os corpos e as vidas presentes nos territórios, como ocorreu com a eliminação da tradicional Feira do Couro.

A partir do projeto da Barroquinha e da eliminação da feira, aqui apresentados, conclui-se que a ação da prefeitura faz parte de um projeto mais amplo que vem ocorrendo no centro de Salvador, e, pode-se dizer, que em toda a cidade de Salvador, com o Programa Salvador 360¹⁷, um planejamento estratégico, com intervenções entre o capital e o estado, parcerias públicas-privadas e incentivos fiscais a empresas. São projetos com discursos integrativos: “a gente aposta muito que a soma de

¹⁶ Essas ações fazem com que muitas mulheres ocupem de forma “irregular” perante ao poder público espaços que estimam ter boas vendas e maior retorno com o trabalho.

¹⁷ <http://360.salvador.ba.gov.br/>



todas essas intervenções em uma projeção de quatro anos, vai permitir um Centro Histórico muito mais pulsante, com uma nova energia e nova cara”¹⁸, uma “revitalização”¹⁹ plena, como apresentou o então prefeito na época, ACM Neto. Contudo, na prática, o que se observa é a desconsideração e desvalorização das vidas e práticas populares e negras existentes no território do centro. Esses tratamentos não são pautados somente pelo ideal de cidade que querem construir, mas sobretudo pelas relações intrínsecas com os corpos negros e pobres que ocupam – e produzem – esses espaços, o que Ananya Roy (2020, p. 227, tradução livre) vai chamar de “banimento racial”, ao tratar da violência instituída pelo Estado contra corpos e comunidades, trata-se, pois, de um projeto de Estado. Para a autora, o banimento está “emaranhado com processos de regulação, segregação e expropriação e está inserido nas geografias jurídicas do colonialismo colonizador e da separação racial”. Dimensões vistas no tratamento violento do “rapa” para com as trabalhadoras de rua.

O centro em disputa que aqui mobilizo pensar, reforça o que David Harvey (2012, p.86) diz acerca das questões urbanas: “Progressivamente vemos o direito à cidade cair em mãos privadas ou interesses quase privados”, fazendo operar a lógica e o interesse do capital no espaço urbano, destituindo território, eliminando e/ou controlando práticas, afastando ou diminuindo cada vez mais o acesso de grupos populares e negros à cidade e ao espaço urbano”.

5. Referências

AGIER, Michel. **Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro.** **MANA**, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

ALCÂNTARA, André et al. **Ambulantes e Direito à Cidade: trajetórias de vida, organização e políticas públicas** / André Alcântara; Francisco Comaru; Geilson Sampaio; Luciana Itikawa; Luiz Kohara; Maria Carolina Ferro. – Projeto Trabalho Informal e Direito à Cidade. São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013.152 p.

ALVES CORDEIRO, Vanessa et al. **Como produzir conhecimento nos encontros entre mulheres? Reflexões sobre experiências teórico-metodológicas com e desde as margens da cidade.** Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. v.23, 2021.

BATISTOTI, Aleida Fontoura. **A “guia” como modo de vida: trabalho de rua e cidade por mulheres negras no centro de Salvador.** Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2022.

BIRMAN, Patrícia. Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns. In. BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá (orgs). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

BOUÇAS, Rose Laila. **No olho da rua: trabalho e vida na apropriação do espaço público em Salvador/BA.** Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 268f. 2015.

CUNHA, **Aurineida Maria.** Trabalhadores de rua: tensões e resistências na luta pelo direito ao trabalho. *Rev. Katál. Florianópolis* v. 12 n. 1 p. 77-85 jan./jun. 2009

¹⁸ <http://comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias-4/50408-nova-sede-da-fundacao-gregorio-de-mattos-formara-corredor-cultural-no-centro>

¹⁹ Vale pontuar que projetos ditos de “revitalização” têm um caráter de “trazer vida”, dar “nova vida” para um lugar supostamente “morto” ou abandonado, contudo, essa não era a realidade da Barroquinha.



DAS, Veena; POOLE, Deborah. **El estado y sus márgenes**. Etnografías comparadas Cuadernos de Antropología Social, núm. 27, 2008, pp. 19-52

FIGUEIREDO, Glória C. Santos e ESTÉVEZ, Brais. **Perícia popular do Centro Histórico de Salvador – Vida urbana Negra e Máquina Patrimonial**. Disputas em torno do espaço urbano : processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade / John Gledhill, Maria Gabriela Hita, Mariano Perelman, organizadores. – 2 ed. - Salvador : EDUFBA, 2020.

_____.; ESTÉVEZ, Braiz; ROSA, Thaís Troncon. The Black City: Modernisation and fugitivities in Salvador, Bahia, Brazil. **Radical Housing Journal**, v. 2, p. 55–82, dec. 2020.

FONSECA, Cláudia. **O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”**. VI RAM, Mesa redonda trayectorias y diversidades: las estrategias en investigación etnográfica, Montevideo, 2005

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997

FRÚGOLI, Heitor Jr. São Paulo: **espaços públicos e interação social**/ Heitor Frúgoli Jr. São Paulo: Marco Zero, 1995;

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, Etnicidade e Trabalho**: Efeitos Linguísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association Pittsburgh. 1979

HELENE, Diana Ramos. **“Preta, pobre e puta”**: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga / Diana Helene. -- Rio de Janeiro, 2015. 334 f.

HIRATA, Daniel. **Comércio ambulante no Rio de Janeiro e em São Paulo**: grupos de poder e instrumentos contemporâneos de governo. In. BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá (orgs). Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

ITIKAWA, Luciana Fukimoto. **Geometrias da clandestinidade: o trabalho informal no centro de São Paulo. Caminhos para o centro**: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. 2004

_____. **Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 18, n. 1, p. 57-76, jan/abr, 2016.

LIMA, Vítor Henrique Guimarães. **Do “espetáculo constrangedor” ao “rapa”**: imprensa, naturalização da repressão e a construção da figura do camelô no imaginário carioca. Temporalidades – Revista de História, Edição 32, v. 12, n. 1. 2020

MACEDO, Roberto Sidnei; MACEDO DE SÁ, Silvia Micheli. **A etnografia crítica como aprendizagem e criação de saberes e a etnopesquisa implicada: entretecimentos**. Currículo sem Fronteiras, online, v. 18, n. 1, p. 324-336, jan./abr. 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como prática e experiência**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009

MONTOYA-URIARTE, Urpi. **Olhar a Cidade Contribuições para a Etnografia dos Espaços Urbanos**. Ponto Urbe [Online], 13, posto online no dia 31 Dezembro 2013.



MOURA, Alessandra Soares. SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy. **Pelos “cantos” da cidade: usos e apropriações de espaços urbanos por trabalhadores de rua no Centro de João Pessoa, Paraíba.** Rev. Bras. Estud. Urb anos Reg., RECIFE, V.18, N.2, p.307-324, MAIO-AGO . 2016

MOURAD, Laila. FIGUEIREDO, Glória Cecília. BALTRUSIS, Nelson. **Gentrificação no Bairro 2 de Julho, em Salvador: modos, formas e conteúdos.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 437-460, nov 2014

NOVAES, Bruna Portella. **Embranquecer a cidade negra: gestão do trabalho de rua em Salvador no início do século XX.** Dissertação (mestrado), Faculdade de Direito. Universidade de Brasília. 144f. 2017

OBSERVATÓRIO das Metrôpoles. **Panorama das condições de trabalho de homens e mulheres no centro do Rio de Janeiro** . Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles/ Movimento Unido dos Camelôs, 2019.

PATERNIANI, Stella. **Raça e cidade: para decolonizar a produção de conhecimento sobre São Paulo.** Dossiê Atlântico: trânsitos, memórias e perspectivas. n. 2 (2020): América - revista da pós-graduação da escola da cidade

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **China-Paraguai-Brasil uma rota para pensar a economia informal.** RBCS Vol. 23 nº 67 junho/2008.

REGINENSI, C. **Etnografia de atividades de comércio informal: do social ao político, fronteiras flexíveis, jogos de atores na metrópole do Rio de Janeiro.** O Social em Questão - Ano XXI - nº 42 - Set a Dez/2018.

ROSA, Thaís Troncon. **Cidades outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares.** 2014. 391 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

_____. **Pensar por margens.** In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth (org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I - modos de pensar.** Salvador: Edufba, 2018. p. 176-204.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. Centro do Planejamento Municipal. **Caderno de projetos. VI – Ordenamento do comércio informal – Relógio de São Pedro / Joana Angélica.** Salvador: 1994a.

_____. Centro do Planejamento Municipal. **Comércio informal: relocação dos ambulantes da Av. Sete de Setembro; memória dos trabalhos realizados.** Salvador: 1997a.

SANT’ANNA, Márcia. **A recuperação do Centro Histórico de Salvador: Origens, sentidos e resultados.** Revista RUA - Revista de Urbanismo e Arquitetura. N. 8 V. 6, n. 1 (2003) Rua 8

SANTOS, Leandro Max Peixoto. **Atolado em Sargaços fluxos da “cultura” na saldador do capital e dos sonhos.** Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia, 310f. 2016

TELLES, Vera Silva; CABANES, Robert. **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios/ organizado por Vera da Silva Telles, Robert Cabanes.** – São Paulo : AssociaçãoEditorial Humanitas, 2006.

VALLADÃO, Solange. **Portal de Santa Luzia: Uma alegoria para a relação entre segregação social e as formas de fazer cidade e urbanismo no Centro Histórico de Salvador / Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia. 148 f Salvador,2017.**



Aleida Fontoura Batistoti

Arquiteta e Urbanista, formada pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB/ 2017), em Campo Grande/ Mato Grosso do Sul, sendo natural da mesma cidade. Há 4 anos reside em Salvador/BA, onde fez uma especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, na Universidade Federal da Bahia (FAU-UFBA/2018). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA- 2022). É integrante do Grupo de Estudos Margear, coordenado pela Prof^a Dra. Thaís Troncon Rosa na FAU/UFBA. Tem interesse pelas áreas e temas: urbanismo, assessoria técnica, espaço urbano, moradia, cotidiano, ocupação das ruas e práticas urbanas.

Como citar: BASTIOTI, A.F.. (2022). O CENTRO EM DISPUTA, TRABALHO DE RUA E CIDADE POR MULHERES NEGRAS EM SALVADOR/BA. *Paranoá*, (33), 1–16.
<https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n33.2022.12>

Editores responsáveis: Viviane Ceballos, Regina Oliveira e Maria Fernanda Derntl.